

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

- Ata n.º 150, de 23 de janeiro do 2019
- Ata n.º 151, de 30 de janeiro
- Ata n.º 152, de 06 de fevereiro
- Ata n.º 153, de 7 de fevereiro

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Projetos de Lei

3.1.1.1. Projeto de Lei 1108 | XIII | 4, BE, Cria um teto máximo para o valor das propinas de 2º e 3º ciclos de estudos no ensino superior público

- Baixou à Comissão em 5/2/2019
- **Deputado relator: PS**
- Agendada para debate em Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15
- Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**

3.1.1.2. Projeto de Lei 1107 | XIII | 4, BE, Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas

- Baixou à Comissão em 5/2/2019
- **Deputado relator: PSD**
- Agendada para debate em Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15
- Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**
- Projeto de Lei 1121/XIII/4 (PAN) - Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas
 - Baixou à Comissão em 8/2/2019
 - Agendada para debate em Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15
 - Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**
- Projeto de Lei 1117/XIII (PCP) - Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento do ato académico
 - Baixou à Comissão em 8/2/2019
 - Agendada para debate em Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15
 - Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**

- **Parecer conjunto?**

3.1.1.3. Projeto de Lei 1106/XIII 4, BE, Estabelece o fim das propinas nas licenciaturas e nos mestrados integrados do Ensino Superior Público

- Baixou à Comissão em 5/2/2019
- **Deputado relator: CDS-PP**
- Agendada para debate em **Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15**
- Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**

- **Projeto de Lei 1119/XIII (PCP)** - Eliminação faseada das propinas no Ensino Superior Público
 - Baixou à Comissão em 8/2/2019
 - Agendada para debate em **Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15**
 - Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**

- **Projeto de Lei 1116/XIII (PCP)** - Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público
 - Baixou à Comissão em 8/2/2019
 - Agendada para debate em **Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15**
 - Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**

- **Parecer conjunto?**

3.1.1.4. Projeto de Lei 1115/XIII (PCP), Aumento do valor das bolsas de estudo no ensino superior público

- Baixou à Comissão em 8/2/2019
- Deputado relator:
- Agendada para debate em **Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15**
- Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**

3.1.1.5. Projeto de Lei 1118/XIII (PCP), Eliminação das taxas e emolumentos nas Instituições do Ensino Superior Públicas

- Baixou à Comissão em 8/2/2019
- Deputado relator:
- Agendada para debate em **Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15**
- Atendendo à escassez de tempo, **prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?**

3.1.1.6. Projeto de Lei 1120/XIII (PCP), Plano extraordinário de alojamento temporário para estudantes no ensino superior público

- Baixou à Comissão em 8/2/2019
- Deputado relator:

- Agendada para debate em Plenário na próxima 6.ª feira, dia 15
- Atendendo à escassez de tempo, prescinde-se da elaboração de Parecer e NT?

3.1.2. Projetos de Resolução

3.1.2.1. Projeto de Resolução 1970 | XIII | 4, BE, Pela criação de uma tabela nacional de taxas e emolumentos no Ensino Superior Público

- Baixou à Comissão em 5/2/2019
- **Discussão na Comissão ou no Plenário?**

3.1.2.2. Projeto de Resolução 1969 | XIII | 4, BE, Plano de emergência para o alojamento estudantil

- Baixou à Comissão em 5/2/2019
- **Discussão na Comissão ou no Plenário?**

3.1.2.3. Projeto de Resolução 1968 | XIII | 4, BE, Contempla uma data limite para a transferência do primeiro montante referente a bolsas de estudo para estudantes do Ensino Superior

- Baixou à Comissão em 5/2/2019
- **Discussão na Comissão ou no Plenário?**

3.1.2.4. Projeto de Resolução 1977/XIII | 4, PAN, Pela melhoria das condições de alojamento dos estudantes deslocados

- Baixou à Comissão em 8/2/2019
- **Discussão na Comissão ou no Plenário?**

3.3. Relatório da audição Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira, pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial
É aprovado?

3.4. Relatório da audiência Pró-Inclusão - associação nacional de docentes de educação especial
É aprovado?

3.5. Relatório da audição dos peticionários da Petição n.º 565/XIII/4.ª - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados
É aprovado?

4. Audição da equipa do programa EXARP, sobre questões das praxes académicas, por requerimento do BE - 15h00

5. Audição do Reitor Universidade do Porto, sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) na mesma, por requerimento do BE – 16h00

6. Aprovação do relatório final da [Petição n.º 563/XIII/4.ª](#), de Abel Avelino de Paiva e Silva e outros - Solicitam a adoção de recomendação ao Governo com vista à revogação do Decreto-Lei 480/88, de 23 de dezembro -

- **Deputada Relatora:** Sónia Fertuzinhos (PS)

7. Requerimento do GP do PCP para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Associação de Bolseiros de Investigação Científica sobre a realidade do emprego científico

- **Apreciação e votação**

8. Aprovação do relatório final da [Petição n.º 565/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados

- **Deputada relatora:** Joana Mortágua (BE)

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião

- 20 de fevereiro – 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de atas

As atas n.º 151, de 30 de janeiro, n.º 152, de 06 de fevereiro, e n.º 153, de 7 de fevereiro, foram aprovadas por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

A Ata n.º 150, de 23 de janeiro do 2019, foi adiada a pedido do PS.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Projetos de Lei

Encontrando-se os projetos de lei n.º 1108/XIII/4 (BE), 1107/XIII/4 (BE), 1121/XIII/4 (PAN), 1106/XIII/4 (BE), 1119/XIII/4 (PCP), 1116/XIII/4 (PCP), 1115/XIII/4 (PCP), 1118/XIII/4 (PCP) e 1120/XIII/4 (PCP) agendados para debate em Plenário para o dia 15 de fevereiro, entendeu-se prescindir dos pareceres e respetivas notas técnicas, atendendo à manifesta falta de tempo para o efeito. No entanto, os Deputados deixaram registado que, por regra, o processo devia ser respeitado de acordo com a tramitação prevista.

3.1.2. Projetos de Resolução

Atendendo a que o agendamento para debate em Plenário já está previsto para o dia 15 de fevereiro, prescindiu-se da discussão em Comissão dos projetos de resolução n.º 1970| XIII| 4 (BE), Pela criação de uma tabela nacional de taxas e emolumentos no Ensino Superior Público, n.º 1969| XIII| 4 (BE), Plano de emergência para o alojamento estudantil, e n.º 1968| XIII| 4 (BE), Contempla uma data limite para a transferência do primeiro montante referente a bolsas de estudo para estudantes do Ensino Superior.

Os pontos 3.3. a 3.5 foram adiados, a pedido do PCP

4. Audição da equipa do programa EXARP, sobre questões das praxes académicas, por requerimento do BE - 15h00

O Senhor Presidente deu as boas ao Diretor Geral do Ensino Superior (DGES), Prof. João Queiroz, e à Dra. Ângela Noiva Gonçalves, Subdiretora-Geral do Ensino Superior (SDGES).

O Deputado Luís Monteiro, do BE, fez a apresentação do requerimento e dos seus fundamentos, sobre a questão das praxes no Ensino Superior. Deixou duas perguntas. Uma, sobre o número

de queixas (que diminuiu) e a forma como está a ser monitorizada esta situação. Uma segunda, sobre o número e o tipo de alunos (uma estimativa) que participam nos espaços criados pelo programa Exarp, distinguindo os que acabam por participar em praxes e os que não participam, tentando desta forma compreender se se está a criar um espaço alternativo de integração.

O Diretor-Geral referiu a cooperação existente com investigadores responsáveis por um estudo sobre o tema. Aludiu à criação de um mail e uma linha telefónica direta (criados em junho de 2016) que permitem a denúncia de praxes abusivas. Explicou que nem sempre agem na sequência de queixas mas que também agem oficiosamente (por exemplo, na sequência de informação veiculada na comunicação social). Mensalmente, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior é informado do número de denúncias recebidas.

Foram descritas, tanto pelo Diretor-Geral como pela Subdiretora-Geral, algumas das atividades realizadas com o fito de ajudar à integração dos estudantes (como concertos).

Quanto ao movimento Exarp, notaram uma grande vontade de abordar a integração de forma positiva, e que existe reflexão por parte das atividades realizadas – já não se aceita qualquer coisa.

O Deputado Duarte Marques (PSD) disse não ser contra a praxe mas contra a praxe estúpida e criminosa. No essencial, as pessoas devem ser livres de participar ou não na praxe.

Notou que a DGES criou há uns anos um número de telefone grátis para as denúncias, lembrando que as reitorias de demitiram do seu papel de fiscalizar estes processos.

O PSD manifestou surpresa por o número de denúncias existentes ser tão baixo. Referiu que o Ministério deve centralizar e responsabilizar as instituições por acompanhar os casos de abuso e criar uma campanha de alerta aos estudantes, sensibilizando-os para os seus direitos de não participar na praxe. Acha que isso foi começado com alguma criatividade. Quanto às iniciativas de que ouviu falar, perguntou a razão pela qual o diálogo foi realizado apenas com 15 instituições. “E as outras?”. E acrescentou que estava mais à espera de ver as iniciativas integradoras promovidas pelas Instituições do Ensino Superior e não pelo Estado, a quem cabe o papel de fiscalizar os abusos.

Pelo Grupo Parlamentar do PS, interveio a Deputada Elza Pais, que considerou bem-sucedido o Programa Exarp. Manifestou-se surpreendida pela informação de que não houve qualquer caso identificado como crime, deixando a pergunta se se estará a avaliar corretamente todas as situações ou se, porventura, estas não estarão a ser denunciadas. “Haverá um Número Negro” das praxes, questionou?

Perguntou ainda de que modo é que as práticas que não estão integradas neste programa são financiadas (há verbas do Estado)?

Pela parte do CDS, tomou a palavra a Deputada Ana Rita Bessa, que indagou qual o balanço que é feito do envolvimento das instituições e qual o orçamento de facto deste movimento tutelado pela DGEST, bem como qual o impacto deste na capacidade de fazer as instituições alterar as suas práticas.

Quanto ao número de queixas, verifica-se uma diminuição. Isso quererá dizer – na opinião da Deputada do CDS - que ou existe uma diminuição das praxes violentas ou haverá um efeito oculto nestas estatísticas. “Como devemos ler estes números”, perguntou? Qual a mudança que este movimento provocou?

Finalmente, também deixou uma questão quanto à eventual articulação deste movimento com a comissão organizadora da queima das fitas?

Pelo Grupo Parlamentar do PCP, interveio a Deputada Ângela Moreira, que começou por dizer que valorizam este esforço no sentido de mudar atitudes, lembrando que o que aqui está em causa é a praxe violenta e o acolhimento dos alunos neste contexto de violência. Por isso, disse não concordar com a proibição das praxes. Quanto aos abusos, existe o quadro legal que é o adequado a responder a estes problemas.

Destacou a importância da prevenção. Quanto ao programa Exarp, perguntou qual foi o contributo que os estudantes tiveram neste estudo, nomeadamente no seu planeamento e no debate que daí resultou. Sendo a praxe um fenómeno social, importava ter uma equipa multidisciplinar permanente em ambiente escolar e nas universidades, não apenas como apoio às vítimas mas como medida de prevenção deste fenómeno, declarou.

Foi dada a palavra ao Deputado Luís Monteiro (BE) para a sua última intervenção. Nesta, focou três aspetos essenciais. Em primeiro lugar, a monitorização das denúncias e o trabalho que é feito sobre elas; a segunda questão reporta-se a qual deve ser a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior; em terceiro lugar, um apanhado sobre o Programa Exarp e quais devem ser os indicadores de sucesso deste programa, sendo certo que este é um programa cultural (importante) mas não é uma alternativa à praxe. Complementa os espaços de participação cívica dos estudantes, disse.

Concluídas as intervenções dos grupos parlamentares, foi dada novamente a palavra ao Diretor-Geral, que salientou alguns dos principais aspetos abordados.

Sobre as denúncias, referiu que existe uma pessoa responsável pela linha de atendimento, que articula com o DGES. Esclareceu que o DGES nunca fez nenhuma denúncia às autoridades judiciais mas sabe de casos em que isso aconteceu (e deu como exemplo recente uma denúncia da UBI).

Quanto ao movimento Exarp, caracteriza-o como tendo uma determinada cultura. Dizer quantos alunos há em cada atividade, quantos alunos tirou da praxe, etc., não consegue responder, valendo porventura fazer este *follow up* em estudos futuros.

Relativamente ao envolvimento das Instituições de Ensino Superior, cada caso é um caso, sendo muito heterogéneo o tipo de envolvimento.

No que tange aos custos do movimento Exarp, não tem dados para indicar, referindo, porém, serem conhecidos os valores inscritos nas leis do orçamento para 2017 e 2018 para atividades como os concertos, etc.

Também aludiu à necessidade de envolver mais, no esforço de divulgação, os estudantes do ensino secundário (finalistas) e não apenas os do Ensino Superior, havendo, quanto a este aspeto, ainda muito a fazer.

5. Audição do Reitor Universidade do Porto, sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) na mesma, por requerimento do BE – 16h00

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Reitor da Universidade do Porto, Professor Doutor António Sousa Pereira, e Dr. João Carlos Ribeiro, Administrador da U. Porto, para a audição pedida por requerimento do BE, sobre a aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

O Deputado Luís Monteiro (BE) fez a sua intervenção inicial, enquadrando o requerimento e as razões que o motivaram, nomeadamente enfatizando os baixos números de requerimentos aprovados (3%) no âmbito do PREVPAP. E deu alguns exemplos de investigadores em situação precária que não viram, incompreensivelmente - a seu ver -, a sua situação regularizada.

Tomando a palavra, o Reitor da UP começa por enquadrar que em Portugal as universidades, como a UP, têm um sistema de financiamento dual. Um sistema de financiamento que provém do Orçamento do Estado, que financia o ensino, e um sistema de financiamento proveniente da FCT, que financia a investigação. Estes organismos que o Deputado do BE referiu que gravitam na esfera da UP, sendo institutos de investigação, não recebem financiamento da UP, nem esta recebe dinheiro para as financiar. Ou seja, sendo estruturas de investigação, dependem exclusivamente de financiamento da FCT.

A menos que este modelo de financiamento seja alterado (caso, por exemplo, se acabe com a carreira de investigação), não se pode pedir essa responsabilidade às universidades, disse.

Fala de alguns casos concretos, nomeadamente requerimentos que, na sua opinião, foram deficientemente instruídos e que careciam de justificação.

Também aludiu a casos como o SIMAR ou o I3S, entidades que, na realidade, estão fora do perímetro da UP. E ilustra esta situação com a ausência de capacidade da UP de definir a política destas entidades, referindo o caso do SIMAR, em que a UP tem apenas um de 222 votos da Assembleia Geral. Diferentemente, é o caso das pequenas unidades de investigação, que estão sediadas dentro da universidade, em que a UP está, por força de imperativo legal, a propor a contratação dos investigadores, o que cria uma situação de desigualdade entre investigadores, reconhece.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) começou por referir que o Governo foi criando muitas expectativas aos investigadores, nomeadamente através do PREVPAP. O PSD criticou desde o início este processo, por não ser transparente nem resolver os problemas dos precários na Administração Pública. Passados três anos, o PSD não vê que esta situação esteja em vias de resolver, tanto para a Universidade do Porto como para outras universidades.

A Deputada Nilza de Sena confrontou o Reitor da Universidade do Porto com a intervenção que fez no ato de tomada de posse sobre o subfinanciamento crónico das Instituições do Ensino Superior e a imprevisibilidade financeira, que se tornou, segundo disse, "indecoroso", sobretudo quando se trata de atribuir verbas para compensar medidas do Governo. Mantém as declarações, nomeadamente as que se associam à regularização de precários? A segunda questão prende-se com o facto de o modelo vigente prever um procedimento que não garante princípios de mérito na entrada na Administração Pública e à Universidade, deixando críticas de falta de clareza do modelo de financiamento e à sua inflexibilidade, que não permite reter os melhores quadros.

Pela parte do PS, interveio o Deputado Porfírio Silva. Sobre o PREVPAP considerou-o um programa complexo, que veio fazer face a uma situação complexa com vários anos.

Foi frisado que o processo, nomeadamente na Universidade do Porto, ainda não está concluído. Mas sublinhou que o PREVPAP visa regularizar situações de abuso, designadamente por estarem a realizar tarefas permanentes ou cujo vínculo não seja o adequado. Nalguns dos casos da Universidade do Porto, as tarefas até são permanentes mas os vínculos serão os adequados. O PREVPAP não visa dar resposta a estas situações.

O Deputado do PS deixou algumas perguntas: que comentário faz à acusação (que surge no requerimento do BE) de que a Universidade do Porto não reconhece o valor dos seus recursos humanos? Qual a estratégia da UP para o novo regime de graus e diplomas que se perspectiva, que implica uma ligação mais forte entre investigação e docência? Outra questão quanto às associações privadas sem fins lucrativos, que circulam no perímetro das universidades, perguntou se o quadro de coexistência existente é o mais adequado? Por último, seria necessário repensar a relação entre as carreiras de docência e investigação para que estas situações pudessem ter uma solução mais adequada?

A Deputada Ana Rita Bessa (do CDS) recordou uma pergunta feita ao ministro da Ciência e do Ensino Superior, cuja resposta foi no sentido de considerar que as associações sem fins lucrativos não estão abrangidas pela aplicação do PREVPAP (com base no parecer jurídico da DGAEP). Segundo sustentou, quando a tutela tem esta posição, a questão aqui debatida parece um pouco resolvida. Que comentário faz a esta orientação, tendo em conta que esta dificilmente se concilia, por exemplo, com a expectativa criada de que no PREVPAP seriam integradas todas as carreiras gerais ou especiais.

A Deputada do CDS deixou uma outra pergunta: como é que se vai posicionar até ao final de fevereiro em matéria de PREVPAP, sabendo que ainda não tem dinheiro mas tem as pessoas lá para regularizar?

A Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por manifestar preocupação com a ideia que ficou no ar (e que reputou de "gravíssima") de que os requerimentos dos 425 de investigadores teriam maioritariamente origem em pessoas confusas ou industriadas. Falando dos casos concretos, perguntou se o trabalho dos investigadores não tem sempre de ser identificado, explícita, clara e inequivocamente como da Universidade do Porto. Estes trabalhos contam ou não para as classificações da UP? Se não fazem parte da UP, porque é que contam? Para este efeito, colocou a questão de saber se a referência a unidades de ensino e investigação no anexo do artigo 85.º dos Estatutos da UP, determina ou não, por exemplo, que o Centro de Astrofísica da UP (de onde surgem alguns dos protestos de investigadores) esteja lá incluído?

A Deputada perguntou se o Reitor convive bem com as situações relatadas e, admitindo que não convive, o que pensa fazer para acabar de vez.

Pelo BE, interveio o Deputado Luís Monteiro, que considerou falacioso o argumento de que estes centros de investigação são financeiramente independentes da UP, afirmando que os relatórios de contas desta instituição mostram o contrário. Igualmente falacioso, disse, é o argumento da gestão de proximidade, que implica independência entre entidades. Ora, segundo considerou, estas entidades são dependentes da UP, só sendo independentes para efeitos de PREVPAP. Na opinião deste Deputado, os rankings internacionais também espelham esta ausência de independência.

O BE questionou, assim, qual o impedimento legal para a UP contratar investigadores de carreira - sublinhando que importa não confundir isto com a discussão sobre as diferenças entre carreiras de investigadores e de docência?

Para responder às questões apresentadas pelos grupo parlamentares, o Reitor da UP referiu, em suma, o seguinte:

- Sobre a última questão apresentada pelo BE, referiu que está a cumprir a Lei do Orçamento do Estado (votada, entre outros, pelo próprio BE). Daí não fazer contratos;
- Em relação aos investigadores, disse que a UP já regularizou muitos precários ao longo do tempo, considerando não fazer sentido a crítica do BE;
- Quanto às questões a propósito do seu discurso de tomada de posse, disse manter a qualificação de “indecoroso” quanto às transferências da FCT para a UP, pois não cobrem o que vão gastar com a aplicação da lei. Neste momento, “continuamos sem saber de onde vem o dinheiro para compensar a descida das propinas!”, disse.
- Se todos fossem contratados, afirmou, seriam necessários mais de 35 milhões de euros por ano e “a UP declarava a insolvência” no final do ano.
- Entre outras questões, aludiu ainda ao reforço de verbas para o emprego científico, que não tem, segundo disse, reflexos na UP
- Finalmente, sobre o prazo de fevereiro para concluir a regularização do PREVPAP, disse ser “impossível”, referindo que a UP ainda não fez um terço das reuniões necessárias.

6. Aprovação do relatório final da Petição n.º 563/XIII/4.ª, de Abel Avelino de Paiva e Silva e outros - Solicitam a adoção de recomendação ao Governo com vista à revogação do Decreto-Lei 480/88, de 23 de dezembro -

A petição foi apresentada pela Deputada Relatora, Sónia Fertuzinhos (PS), que descreveu o seu objeto e o relatório da apreciação. A Deputada Ana Mesquita precisou que a intervenção na audição dos peticionários em nome do GP do PCP não foi feita pela Deputada Ângela Moreira mas pela própria Deputada Ana Mesquita. Com esta correção, o Relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Requerimento do GP do PCP para audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Associação de Bolseiros de Investigação Científica sobre a realidade do emprego científico

A Deputada Ana Mesquita, do PCP, apresentou o requerimento.

Atendendo ao agendamento da audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para o dia 27 de fevereiro, a Deputada Ana Mesquita manifestou não se opor a que a audição requerida se realizasse numa ronda adicional.

Sobre este ponto, intervieram os Deputados Álvaro Batista (PSD), Porfírio Silva (PS), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

O requerimento foi aprovado pelos Deputados do PSD, BE, CDS-PP e PCP, e com a abstenção do PS.

8. Aprovação do relatório final da Petição n.º 565/XIII/4.ª - Solicitam a adoção de medidas com vista a corrigir a desigualdade nos descontos para a segurança social dos professores contratados

- Ponto adiado, a pedido do PCP

9. Outros Assuntos

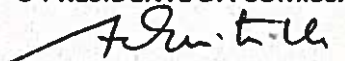
10. Data da próxima reunião

- 20 de fevereiro – 09h30

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de fevereiro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO


(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Amadeu Soares Albergaria
Ângela Moreira
Duarte Marques
Elza Pais
Liliana Silva
Odete João

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ilda Araújo Novo
Lúcia Araújo Silva
Margarida Mano
Pedro Alves